



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

CURSO DE JORNALISMO

RAYANI MARIANO DOS SANTOS

“Não matarás” – Violência policial em Goiás

FLORIANÓPOLIS

2011

RAYANI MARIANO DOS SANTOS

“Não matarás” – Violência policial em Goiás

Relatório de TCC apresentado à disciplina de Projetos Experimentais, ministrada pelo professor Áureo Moraes, no segundo semestre de 2011, no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Luis Alberto Scotto Almeida

FLORIANÓPOLIS

2011

SUMÁRIO

Introdução	4
Processo de produção	6
Avaliação	9
Referências bibliográficas	11

Introdução

A ideia de escrever a reportagem “Não matará” – Violência policial em Goiás surgiu com o objetivo de contar casos de violência policial em Goiás e chamar atenção para o fato de que muitos casos não são solucionados, e os policiais não são punidos. Essa situação interfere diretamente no cotidiano das pessoas que vivem em Goiânia, principalmente as mais carentes, que ao invés de verem a polícia como uma instituição que traz segurança, têm medo da mesma.

Alguns aspectos pessoais influenciaram na escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso. Um deles é o fato de ter parentes que trabalham com policiais e que sempre contavam histórias de crimes, e aconselhavam a sempre respeitar policiais e fazer tudo que eles mandavam. Outra questão que me chamou a atenção para esse assunto foi o assassinato do irmão de uma amiga que estava no regime semiaberto e todos os indícios apontam que o crime foi cometido por policiais.

Eu tive muito dificuldade para definir o tema do TCC, porque desde o início da faculdade imaginava viajar para realizá-lo ou fazer algo relevante em Goiás, mas que ainda não estivesse na mídia. No primeiro semestre de 2010, quando estava cursando a disciplina de Projetos, troquei de tema três vezes, pois depois que começava a pesquisar, via que não tinham muita viabilidade. A primeira ideia de fazer sobre violência policial surgiu por sugestão de uma tia, que mora em Goiânia e sempre esteve envolvida com militância de direitos humanos. Ela me disse que estava surpresa com o número de jovens pobres que estavam morrendo na periferia de Goiânia e sugeriu que eu fizesse meu trabalho sobre violência contra jovens.

Após começar a pensar no assunto, pesquisar e conversar com professores e conhecidos de Goiânia, achei que a melhor opção seria focar em violência policial. No início de 2010, a Polícia Federal prendeu 19 policiais militares suspeitos de pertencerem a um grupo de extermínio. O assunto foi muito divulgado na mídia goiana, e por ser muito amplo, eu achei que poderia render uma boa reportagem. A princípio, pensei em fazer uma radiografia sobre o grupo de extermínio. No entanto, quando comecei a entrevistar as pessoas e a entender mais o assunto, vi que a existência do grupo era só uma parte da

história, havia os desaparecimentos após abordagens e outros casos que envolviam policiais que não foram presos pela Polícia Federal.

Nas notícias os jornalistas também falavam sobre o envolvimento de autoridades goianas com o grupo. Quando estava escrevendo o projeto, esse foi um dos temas que mais me atraíram. Porém, quando comecei a apurar, vi que não conseguiria aprofundar muito. Todos os delegados, professores e advogados com os quais conversei não sabiam ou não queriam falar sobre as autoridades envolvidas. Na Representação da Polícia Federal, também não há muitas informações, além do fato dos secretários de Segurança e da Fazenda na época serem amigos de alguns policiais envolvidos.

Como a investigação da Polícia Federal corre sob sigilo, não foi possível obter mais informações. Eu liguei para dois delegados federais que coordenaram as investigações, porém eles disseram que não poderiam falar sobre o assunto. Nessas entrevistas e em outras, o fato de não estar em Goiânia atrapalhou. Esses delegados não moram em Goiás, mas vão para o estado às vezes. E talvez, se eu tivesse conseguido encontrá-los, poderia obter mais informações. Conversei apenas com um delegado da PF, mas ele não participou ativamente das investigações. Diante dessas dificuldades, não pude falar muito sobre as autoridades.

Também pretendia conversar com os policiais, mas o acesso a eles foi muito difícil. Primeiro pelo fato de estarem presos. Segundo porque não queriam que o assunto fosse mais divulgado. Uma juíza que entrevistei, ao ser indagada porque os crimes demoravam tanto para ser julgados, explicou que os reus e advogados esperam que a "notícia se aquiete, o calor da novidade passe". Levando isso em consideração, quanto menos o assunto for divulgado, melhor para os reus.

Processo de produção

Após decidir o tema, a primeira ação foi ler todas as notícias que saíram sobre a Operação Sexto Mandamento, da Polícia Federal. Fiquei com algumas dúvidas: se existia um ou mais grupos de extermínio no Estado, qual era o interesse dos policiais nas execuções, por que a Polícia Federal havia entrado nas investigações, já que elas cabiam à Polícia Civil.

Fui para Goiânia quatro vezes. Na primeira fiquei dez dias. Inicialmente, conversei com um delegado que trabalhava na Delegacia de Furtos e Roubos, mas ele não sabia muito sobre o assunto. Já havia comentado comigo que a Polícia Militar estava matando muito em Goiás, mas na opinião dele, ela matava "bandido", e não existia um grupo de extermínio.

Depois conversei com a delegada Adriana Accorsi. Ela tinha uma opinião totalmente diferente, pois esteve na direção da Comissão de Defesa da Cidadania, que investigou os desaparecimentos após abordagens policiais. Ao longo da apuração, conversei com quatro delegados civis e um federal. Com exceção do primeiro citado, todos confirmaram a existência do grupo.

A delegada Adriana Accorsi permitiu que eu lesse os inquéritos ou processos dos desaparecimentos. Como não teria tempo de ler todos, selecionei três que julguei mais interessantes. O desaparecimento de Murilo Soares Rodrigues e Paulo Sergio Pereira Rodrigues em 2005, o desaparecimento de Camila Lagares Pires em 2009, e o desaparecimento de Brunno Elvys Lopes Araújo e Adriano Souza Matos em 2010.

Na primeira visita a Goiânia para apuração, também consegui a Representação da Polícia Federal pedindo a prisão dos 19 policiais. O documento tinha cerca de 150 páginas e continha um resumo das investigações. Consegui muitas informações lendo essa Representação e os inquéritos e processos. Quem me emprestou o documento foi um policial militar que trabalha na inteligência da Polícia Militar.

Na segunda visita a Goiânia, conversei com o advogado Allan Hahnemann, do Cerrado Assessoria Jurídica. Ele atuava em alguns processos de violência policial, e deixou que eu os consultasse. Eu vi dois processos nos quais as vítimas foram executadas. Uma delas foi Luiz Antônio Ázara, cuja história eu contei na reportagem. A outra foi de Marcelo Coka, apesar do tenente coronel

ser réu nesse processo, preferi não contar essa história, pois não havia muitas provas.

A morte de Luiz Antônio Ázara chamou muito a minha atenção. Logo que abri o processo, havia um resumo do caso a partir da perspectiva da mãe de Ázara. O fato de ela ter conversado com o filho um pouco antes do assassinato, de ele dizer que estava tudo bem, e de ela estar presente, mas não poder fazer nada, me sensibilizou muito. Eu consegui entrevistar Solange Ázara.

Uma das pessoas que entrevistei, o Fábio Fazzion, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, me passou uma lista das famílias das vítimas que tinha autorizado que seus contatos fossem passados para a imprensa. Eu tentei ligar no número de Solange, mas ninguém atendia. Um dia, no início da noite, resolvi ir a casa onde aconteceu o assassinato de Luiz Antônio. Um vizinho me informou que ela havia se mudado para uma casa próxima dali e me levou até lá.

Eu expliquei para Solange meu trabalho e ela me recebeu muito bem. Foi uma das entrevistas mais difíceis que fiz para a reportagem, queria que Solange me contasse com detalhes tudo que lembrava, mas estava apreensiva, pois o caso havia acontecido há cinco anos, e eu não queria trazer a tona lembranças que eram dolorosas para ela. Durante a entrevista, percebi que ela já havia contado a história muitas vezes, e que isso não era um incômodo para ela.

As outras entrevistas foram mais simples. Houve mais facilidade para elaborar as perguntas, agendar a conversa e conduzir a entrevista.

Formato

Foi produzida uma reportagem para revista impressa. Uma das questões que interferiu na escolha do formato foi a preocupação com o acesso das pessoas ao produto final. A estudante partiu do pressuposto de que se mais pessoas tivessem acesso ao trabalho e soubessem da existência do grupo de extermínio e dos casos de violência policial em Goiás, a pressão para que as autoridades tomassem providências seriam maiores. Levando isso em consideração, a escolha por uma reportagem para revista justifica-se por apresentar uma maior facilidade de reprodução.

Além disso, Sérgio Vias Boas (1996) explica que o jornalismo feito nas revistas é sobre o que está em destaque nos noticiários, porém a adição de pesquisa,

documentação e riqueza textual possibilita a produção de um texto prazeroso de ler.

Eu pensei em escrever um livro reportagem, mas como não teria tempo de ficar todo o semestre em Goiânia, achei que não conseguiria me aprofundar o suficiente.

Avaliação

Tive dificuldade para entrevistar algumas pessoas que enriqueceriam a reportagem. Não consegui conversar com nenhum dos policiais que foram presos pela Polícia Federal. No início, eles estavam presos e não podiam falar com ninguém. Quando saíram, tentei contato através de conhecidos, porém eles não queriam conversar com a imprensa, pois julgaram que quanto menos aparecessem na mídia, melhor seria.

Eu tentei falar diversas vezes por e-mail e por telefone com os advogados do tenente coronel Ricardo Rocha, porém eles não retornaram. Consegui falar com um dos advogados dos presos, o Pedro Paulo Guerra Medeiros. Porém, quase nada acrescentou. Disse-me apenas que estava atuando nos recursos para livrar os policiais, defendendo a tese de que as escutas telefônicas eram ilegais.

Outra fonte que não consegui entrevistar foi o Padre Geraldo Nascimento. Desde a primeira ida a Goiânia tentei entrevistá-lo, porém ele estava viajando. Nas outras vezes que fui à cidade, ele já havia parado de dar entrevistas sobre o assunto, pois as ameaças estavam mais constantes.

Também gostaria de ter entrevistado representantes do Judiciário e da Polícia Militar que pudessem falar sobre a Operação. Porém, a assessoria de comunicação do Judiciário informou que eles não se manifestavam sobre a Operação Sexto Mandamento. E o assessor da PM, o coronel Divino Alves, disse primeiramente que falaria comigo, porém, liguei cinco vezes e pedi para falar com ele, e em todas ele pedia para dizer que estava ocupado e que não podia falar no momento.

Além das dificuldades para entrevistar algumas pessoas, organizar as informações para escrever o texto foi complicado no início. Como tinha lido muito sobre o assunto, foi difícil enxergar algumas coisas que tinham que ser explicadas, mas que pareciam óbvias para mim.

Outra dificuldade foi escrever um texto longo. Nunca tinha escrito uma reportagem tão grande, mas gostei da experiência. Foi complicado organizar as informações e tentar dispô-las de uma forma que não ficassem soltas.

Em relação aos aprendizados, me aproximei muito do campo do direito, aprendi como funcionam as investigações, as fases dos processos, os

juízos, como ler os inquéritos e outros documentos, e encontrar as informações importantes. Considero que tive um pouco de sorte em alguns aspectos. Consegui, por exemplo, ter acesso a documentos que não eram públicos, como os inquéritos e a Representação da Polícia Federal.

Referências bibliográficas

BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BILL, M.V., ATHAYDE, C.; **Falcão**: meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BOAS, Sergio Vilas. **O estilo magazine**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos**. Assassinatos de menores no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2006.

RODRÍGUEZ, Pepe. **Periodismo de investigación**: técnicas y estrategias. Buenos Aires: Paidós, 1994.